

**O PIBID DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA VIVIDA POR UMA
BOLSISTA**

Talita Silva Perussi Bertão¹, Márcia Duarte² e Juliane Ap. Campos³

1. graduanda em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (bolsista PIBID).
2. Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos- professora da UFSCar.
3. Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos- professora da UFSCar.

Resumo: O contexto atual brasileiro apresenta um significativo avanço legislativo, em relação a matrículas dos alunos Público Alvo da Educação Especial- PAEE, nas escolas do ensino regular da escola comum. Diante disso esse relato buscou responder a seguinte questão: Tendo em vista que esses alunos estão frequentando as salas de aula das escolas comuns surgiram algumas reflexões: como está acontecendo o aprendizado dos conteúdos curriculares dos alunos com deficiência? É necessário fazer adaptação curricular para que esses alunos participem das atividades propostas pelo professor regente? Como os bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID da Educação Especial contribuem na inclusão escolar desses alunos? O presente texto tem por objetivo relatar as atividades realizadas por uma bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) - Educação Especial, durante o segundo semestre de 2014. O estudo foi realizado em uma escola da rede estadual paulista, localizada na periferia da cidade de São Carlos - SP, na classe do 9º ano do Ensino Fundamental. O foco foi conhecer a organização do trabalho pedagógico dos professores das disciplinas de português e matemática, junto ao aluno com deficiência intelectual; bem como trabalhar de forma colaborativa com estes professores possibilidades de estratégias de ensino para o referido aluno, adaptando atividades para os alunos PAEE em coerência com os conteúdos ministrados em sala. Os resultados mostram a efetividade do trabalho colaborativo no ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Educação Especial, PIBID, Adaptação Curricular.

**THE PIBID DEGREE IN SPECIAL EDUCATION: REFLECTIONS ON
THE LIVED EXPERIENCE FOR A STOCK EXCHANGE**

Abstract: The Brazilian current context presents a significant legislative advance, for enrollment of students Target Public Education Specially EEAP in the mainstream schools of the common school. Therefore this report sought to answer the question: Given that these students are attending the classrooms of regular schools emerged some thoughts: as is happening the learning of curricula of students with disabilities? It is necessary to adapt curriculum for these students participate in the activities proposed by the classroom teacher? As fellows of the Initiation Program to Teaching - Special Education PIBID contribute to the school inclusion of these students? This paper aims to report the activities performed by a fellow of the Institutional Program for Teaching (PIBID) - Special Education during the second half of 2014. The study was conducted in a state public school located on the outskirts of São Carlos - SP, in the class of 9th grade of elementary school. The focus was to understand the organization of the pedagogical work of teachers in the disciplines of Portuguese and mathematics, with the student with intellectual disabilities; and work collaboratively with these possibilities teacher education strategies for the said student, adapting activities to the EEAP students in line with the content taught in class. The results show the effectiveness of collaborative work in teaching and learning of students with intellectual disabilities.

Key-words: Special education, PIBID, Curriculum adaptation.

Introdução

A legislação brasileira tem passado por grandes mudanças nas últimas décadas, quando se trata de educação e educação inclusiva. Destaca-se dentro de tais mudanças a Constituição Federal de 1988, a qual traz o princípio de igualdade: declarando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art.5º), assegurando assim, a todos o direito a educação, sendo do Estado o dever de garantir a efetividade e acesso ao presente direito (BRASIL, 1988).

Não obstante, em consequência do presente direito na legislação Magna brasileira, o Estado promulga a declaração de Salamanca em 1994, apresentando por meio dessa a proposta da educação inclusiva: garantindo uma escola que assegurará o acesso a todos a educação, ou seja, respeitará as possíveis diferenças humanas e não as deixaram interferir na privação do processo educacional.

Entende-se nesse contexto que a escola inclusiva terá que ser:

Baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade (onde se aprenda a aprender, a fazer, a ser e a conviver), no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica,

necessariamente, em previsão e provisão de recursos a toda ordem (CARVALHO, 2004, 37).

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Darcy Ribeiro, nº 9394, de 1996 (BRASIL, 1996), sinaliza que o aprendizado do Aluno Público Alvo da Educação Especial- PAEE¹ deverá ocorrer preferencialmente em escolas de ensino regular. Além disso, o decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009, assegurou um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

Assim a inclusão escolar deve atender a todos os alunos segundo suas potencialidades e necessidades, cabendo à escola com sua equipe e por meio de seu projeto político pedagógico desenvolver práticas voltadas para os princípios da igualdade de oportunidades para todos.

Segundo o relatório do censo escolar de educação básica de 2012, o número de matrículas na educação básica de alunos PAEE aumentou progressivamente, registrando uma evolução de 13.306 matrículas no ano de 2007 para 42.499 em 2012.

Diante dessa realidade, Mendes (2006) ressalta que o acesso à escola não é suficiente e que a tradução da filosofia de inclusão e de leis requer conhecimento e prática.

Tendo em vista que esses alunos estão frequentando as salas de aula das escolas comuns surgiram algumas reflexões: como está acontecendo o aprendizado dos conteúdos curriculares dos alunos com deficiência? É necessário fazer adaptação curricular para que esses alunos participem das atividades propostas pelo professor regente? Como os bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID da Educação Especial contribuem na inclusão escolar desses alunos?

O Programa de Iniciação à Docência - PIBID nos cursos de licenciatura objetiva o fomento à iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior, aprimorando lhes a qualidade da formação docente em curso presencial de

¹ Os alunos público alvo da educação especial são aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

licenciatura de graduação plena e contribuindo para a elevação do padrão de qualidade da educação básica (Brasil, 2009).

Nessa perspectiva, o objetivo do subprojeto PIBID da Licenciatura em Educação Especial é inserir os bolsistas licenciados, nas atividades dos professores do ensino comum, por meio do trabalho colaborativo, planejamento e formação de maneira conjunta com a professora regente, o que colaborou nas intervenções ocorridas dentro de sala de aula, de modo a possibilitar aos alunos um desenvolvimento pleno e gradativo a partir de suas peculiaridades, a fim de favorecer no processo de escolarização dos alunos PAEE, assim considerados por necessitarem de adaptação no ensino, seja porque apresentam algum tipo de deficiência, ou por terem dificuldades acadêmicas, ou mesmo por problema comportamental.

Assim a bolsista buscou fazer uso do trabalho colaborativo (MENDES, ALMEIDA e TOYODA, 2011), co-ensino, com o professor da sala regular, para efetivar o uso das adaptações de pequeno porte (quando necessário), buscando o pleno aprender do aluno PAEE.

Consideramos que o trabalho colaborativo, para ser significativo, requer apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes para as possíveis adaptações curriculares.

Nesse sentido as adaptações de pequeno porte, previstas na legislação brasileira, visam o proporcionar efetivo do acesso à educação e ao apreender de TODOS os alunos:

[...] as modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente de seus parceiros coetâneos. São denominadas de Pequeno Porte porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instancia superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica. (BRASIL, 2000, p.22)

Ante o exposto o presente texto tem por objetivo relatar as atividades realizadas por uma bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) - Educação Especial, durante o segundo semestre de 2014. O estudo foi realizado em uma escola da rede estadual paulista, localizada na periferia da cidade de São Carlos - SP, na classe do 9º ano do Ensino Fundamental. O foco foi conhecer a organização do trabalho pedagógico dos professores das disciplinas de português e matemática, junto ao aluno com deficiência intelectual; bem como trabalhar de forma colaborativa com estes professores possibilidades de estratégias de ensino para o referido aluno.

Para contemplar a questão de pesquisa e o objetivo, o presente texto foi organizado da seguinte forma: Primeiramente é apresentada a proposta central do PIBID dentro da Educação Especial. Num segundo momento, são descritas as características da escola, dos alunos, da sala de aula. Em seguida, são relatadas as atividades desenvolvidas pela bolsista PIBID junto aos alunos-alvo, as atividades interdisciplinares realizadas e por fim a contribuição deste programa para a formação da bolsista.

Desenvolvimento

Durante um semestre foram realizadas pela bolsista, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na escola, acompanhando dois alunos PAEE, cujos nomes fictícios serão: Mariana e Daniel (nomes fictícios), ambos matriculados na mesma sala do 9º ano do Ensino Fundamental. As atividades ocorreram nas disciplinas de português e matemática, de maneira colaborativa com as professoras P (português) e M (matemática).

Foram observadas as dificuldades dos dois alunos: Mariana na disciplina português e Daniel em matemática. Com os presentes dados, as adaptações foram direcionadas para a dificuldade de cada aluno.

Caracterização dos alunos alvo

Mariana tem 15 anos, apresenta deficiência visual (baixa visão- utilizando numero de grau 25) e deficiência auditiva (de nível moderado, apenas 5% da audição direita corrompida) e deficiência intelectual (segundo novo laudo presente na escola). Normalmente a aluna exerce um discurso infantilizado e fantasioso. Em sua fala, a aluna troca fonemas sonoro-surdos, não realiza discriminação de pares mínimos, rimas e aliterações. No aspecto leitura, a aluna não respeita pontuação, faz trocas fonéticas e acrescenta palavras que não estão no texto. Em matemática, Mariana realiza operações básicas com até dois números. Observou-se na aluna um desempenho geral intelectual limitado, assim como deficiência na execução de tarefas verbais. Apesar de acompanhar todas as disciplinas Mariana apresenta grande dificuldade no aprendizado de oração subordinada, não há compreendendo.

Não obstante, o segundo sujeito, Daniel, não apresenta laudo na unidade escolar, durante observações da pesquisadora na sala de aula, junto à coordenação da escola e com professores do aluno: O aluno apresenta deficiências múltiplas (física e intelectual-moderada), faz uso de cadeira de rodas e necessita da profissional terceirizada (cuidadora) para cuidados de higienização pessoal e alimentação.

Durante aula de português foi observado que suas orações apresentam coerência. Apresenta grande dificuldade em escrever de maneira discursiva, mas já consegue esboçá-la. Em matemática o aluno apresenta grande disponibilidade de aprender, mostrando-se atento e solícito a professora. Consegue com facilidade realizar as operações de adição, subtração, e multiplicação das unidades. Durante o desenvolvimento da disciplina de matemática o aluno apresentou grande dificuldade em funções, como por exemplo: elaborar parábolas.

Atividades desenvolvidas em sala de aula

Aluna Mariana

Durante aula de português a bolsista percebeu que Mariana estava com muita dificuldade de entendimento, sobre orações subordinadas. Nesse momento, a bolsista

começou a adaptar o conteúdo explicando-o de maneira mais lúdica: demonstrando diferentes ações cotidianas interligadas umas com as outras que se utilizam dois verbos.

A bolsista utilizou canetas com cores fortes, utilizando letras grandes (figura 1), pois assim alcançaria Mariana, fazendo assim uma adaptação de pequeno porte, visto que devido à baixa visão esta estava tendo dificuldade de trabalho com as letras de cor preta do livro didático, e agora com letras maiores e de cores fortes facilitaria sua compreensão através de seu melhor alcance e interpretação visual.

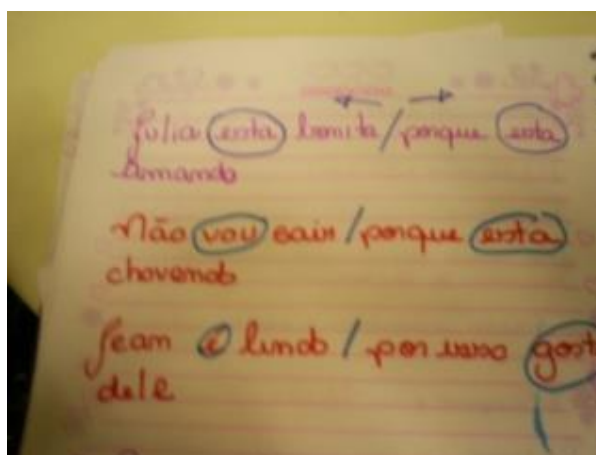


Figura 1. Explicação adaptada com exemplos.

Durante o decorrer da atividade adaptada foram feitas avaliações contínuas com a aluna, buscando o esclarecer de todo o conteúdo. A aluna em toda resolução do exercício mostrou-se satisfeita com o processo e com o resultado, acompanhando assim o conteúdo dos demais alunos da sala.

Aluno Daniel

A bolsista deu continuidade ao trabalho de fixação do conceito de multiplicação por meio de funções, conceito ministrado na disciplina.

Durante aula de matemática, o professor estava passando conteúdo sobre funções, logo a bolsista percebeu que poderia adaptar o presente conteúdo fixando

conceitos multiplicativos, obedecendo a uma sequência lógica de trabalho junto com o professor regente (Quadro 1).

Quadro 1. Plano de ensino de funções.

1.	Trabalhar o conceito e substituição de número pela letra X
2.	Trabalhar o conceito que o resultado de uma operação com x em uma função é o Y
3.	Trabalhar o quadro X/Y
4.	Trabalhar os conceitos de: eixo X e eixo Y e elaboração do plano cartesiano.

Ressalta-se que tais objetivos foram pensados em trabalho colaborativo com o professor de sala regular, planejando junta uma maneira de explicar gradativamente o conteúdo para o aluno PAEE, buscando assim, um efetivo aprendizado do aluno e avaliando seus conhecimentos prévios.

Primeiramente a bolsista iniciou o trabalho de substituição da incógnita “X” por valores numéricos. Logo em seguida, a bolsista utilizou operações de multiplicação, com números pequenos, treinando assim a memória de Daniel (tabuada).

Ressalta-se que o presente exercício começou com números pequenos, após esse primeiro momento tais números foram aumentados de maneira gradativa (Figura 2).

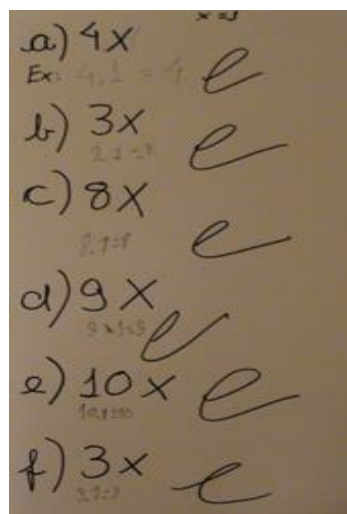


Figura 2. Substituição X por numeral.

O aluno desempenhou a atividade com exigência, motivando-se a querer fazer mais e procurando novos desafios de aprendizado.

Após esse momento, a bolsista mostrou para Daniel o conceito aprendido dentro de uma função e pediu para o aluno resolver alguns exercícios, o aluno não apresentou muita dificuldade, porém sempre procurava a aprovação da bolsista em cada etapa do desenvolvimento da atividade (Figura 3):

$$\begin{aligned} X &= 3 \\ F(X) &= 5X \\ F(3) &= 5 \cdot 3 \\ F &= 15 \end{aligned}$$

Figura 3. Substituição da Incógnita X pelo numeral.

Após, foi iniciado a introdução do termo função, com o objetivo de Daniel compreender que o resultado da Função (da conta) é o número que irá substituir a letra Y (figura 4).

$$f(x) = 2x$$

X	2X	Y
1	2.1	2
2	2.2	4

Figura 4. Exercício sobre função.

Durante explicações sobre o conceito de função foi explorado o lúdico do jovem, considerando que as duas incógnitas “X” e “Y” são independentes, porém interligadas: Para isso a bolsista utilizou em sua explicação duas cores primárias (vermelho e azul) para representação do X e Y, e ambas as cores (uma sobreposta a outra) na operação matemática que interliga as duas incógnitas. Buscando assim o verdadeiro entender do aluno sobre a importância da operação matemática na resolução de funções.

Após trabalhar com funções, a bolsista começou a esboçar conceitos de plano cartesiano com o aluno, utilizando exemplos dados pelo professor regente na lousa. Com a primeira função exposta no plano cartesiano a bolsista utilizou equações simples com apenas números positivos (resultando funções crescentes), Ressalta-se que os eixos foram pintados com cores diferentes para concretizar a diferença entre ambos (figura 5).

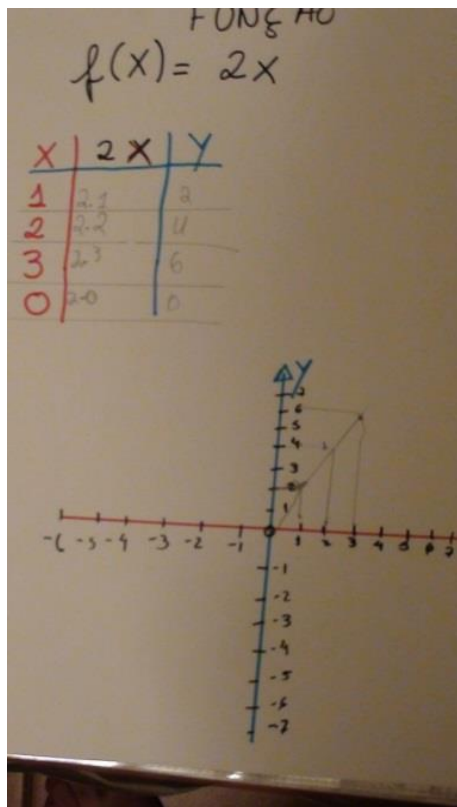


Figura 5. Gráfico referente ao plano cartesiano de uma função simples.

Resultados e discussão

Nas aulas de português a própria aluna Maria começou a destacar frases para facilitar o entendimento das orações. Os professores do ensino regular começaram a utilizar os mesmos recursos (canetas coloridas e linhas ampliadas) para tornar acessível o conteúdo e exercícios para os alunos.

Ha decorrer do semestre ocorreram outras adaptações de pequeno porte, como: ampliar de gabarito para a prova, ampliar tabelas, entre outras. Ressalta-se que todas essas adaptações foram pensadas conjuntamente com o professor regente da sala.

Daniel após as referidas adaptações de conteúdo fixou melhor conceitos multiplicativos, também gostou de acompanhar a sala com o mesmo conteúdo, além disso o professor do ensino regular começou a utilizar adaptações das atividades para o aluno, tentando mesmo sem a presença da bolsista.

No decorrer do semestre ocorreram outras adaptações de pequeno porte, como: ditar as provas (pela dificuldade de leitura do aluno), adaptações de atividades de ciências e português e adaptação de explicações com figuras, entre outras.

Neste sentido o aluno ao fim do processo adquiriu grandes avanços no desenvolvimento acadêmico, acompanhando o conteúdo da sala de maneira adaptada.

Considerações finais

Durante todo o semestre os professores regentes trabalharam em colaboração com a bolsista observando as adaptações, e fazendo estas quando a bolsista não estava presente, além de esclarecer dúvidas conteudistas da bolsista. Visando assim, o efetivo aprendizado do aluno, para tanto traçou objetivos educacionais, e os cumpriu, partindo da premissa que para mudar um sistema educativo, primeiramente é necessário.

Ressalta-se que toda a sala apresentou ao decorrer do processo uma maior conscientização sobre seu papel na inclusão do aluno com deficiência.

Logo percebemos que o aprendizado dos alunos com deficiência a partir da proposta do PIPID de Educação se torna efetiva através do trabalho colaborativo com os professores, sendo necessária muitas vezes a adaptação de materiais, sendo assim, percebe-se a contribuição da sendo a bolsista do Programa de Iniciação à Docência – PIBID da Educação Especial na inclusão escolar desses alunos.

A iniciativa de políticas públicas comprometidas com a formação do professor para trabalhar com a inclusão escolar já pode ser observada em alguns programas das Universidades públicas brasileiras. O PIBID da Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos se configura como uma dessas iniciativas. Ao considerar a iniciação à docência parte relevante no processo formativo, proporciona ao estudante conhecer os desafios da escola pública.

Foi observado que o aluno Daniel apresentou um bom desempenho no aprendizado, adquirindo repertório de pequenas multiplicações dentro de uma função (simples) de primeiro grau. As professoras regentes do aluno ao decorrer do semestre mostraram-se mais receptivas a adaptar atividades para o aluno, mesmo sem a presença da pesquisadora. O aluno está respondendo muito bem as intervenções, aumentando seu desempenho escolar.

Já a aluna Mariana, após atividade, em toda resolução do exercício mostrou-se satisfeita com o processo e com o resultado, acompanhando assim o conteúdo dos demais alunos da sala.

De fato, a aluno com deficiência intelectual pode precisar de estratégias pedagógicas, na sala de aula, de outro professor, além do que atua como regente da turma, mais diretamente. O trabalho de colaboração entre o professor regente a bolsista ocorreu de forma a favorecer a elaboração de estratégias e ações de ensino, na prática com o aluno com deficiência intelectual.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva** - adaptações curriculares de pequeno porte. Garantindo o acesso e permanência de

todos os alunos na escola - alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar, 2012**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

BRASIL. **Portaria normativa nº 16, de 23 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial [da] República Federativa da Brasil, Brasília, 24 de dezembro de 2009. Seção 1, p. 92.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Editora mediação, 2004.

DINIZ, M.; RAHME, M. F. **Educação Especial: Da educação especial à educação inclusiva**. In: Margareth Diniz, Renata Nunes Vasconcelos. (Org.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores; v. 1500, n. 34. Belo Horizonte: Formato/Saraiva, p.123-189, 2004.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**. n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Subprojeto De Iniciação A Docência no Curso de Educação Especial**, 2014.